

ATA N.º 6/2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 3 DE MARÇO DE 2021:

No dia três de março de dois mil e vinte e um, pelas quinze horas e onze minutos, por videoconferência, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

Através do edital nº 73/DAFRH-DAAG/2021 foi, de harmonia com o disposto no n.º 3 do artigo 1º do Regimento da Câmara Municipal, e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40., do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada a primeira reunião de câmara pública ordinária do mês de fevereiro, para o dia 3 de março de 2021, às 15.00 horas, a realizar-se por videoconferência. A presente reunião realiza-se ao abrigo dos nºs. 2 e 3, do artigo 3.º, da Lei 1-A/2020, de 19 de março, na sua atual redação, na sequência das medidas de prevenção decretadas pela Direção Geral de Saúde e em conformidade com o Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 10/2021, de 14 de fevereiro. Neste contexto a participação do público fica sujeita a inscrição, mediante a apresentação do assunto.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para o período de 24 de fevereiro a 15 de março de 2021, apresentado pelo Sr. Vereador José Calado Gertrudes, foi convocada, nos termos dos nºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Palmira Maria Santinhos Hortense. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

A Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos seguintes pontos:

PONTO 1 – Reconhecimento de relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas de ocupação do domínio público municipal

Requerente: Sociedade Filarmónica Palmelense "Os Loureiros". Proc.º E-881/10. Local: Palmela.
Requerimento n.º 1135/2021

PONTO 2 – Acordo de Mutação Dominial com a Infraestruturas de Portugal, para a transferência da dominialidade de troço da Estrada Regional 5 (Avenida da Liberdade e Rua Fundação Gulbenkian), em Águas de Moura

PONTO 3 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2020

PONTO 4 – Palmela Desporto, E.M. – Proposta de novos preços para sessões de “Movimento Terapêutico”, “Aulas de Grupo”, aulas de “Dança Clássica Ballet”, e curso “Ecologia Marinha” – sentido de voto do Município

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa Municipal de Teatro

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para a realização do Festival Queijo, Pão e Vinho

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da Mostra de Vinhos em Fernando Pó

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 27/2020, da reunião ordinária de 9 de dezembro de 2020.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Palmira Hortense, que justifica a sua abstenção por não ter estado presente na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística e do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico de Palmela

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos

processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 15.02.2021 a 28.02.2021.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 15.02.2021 a 28.02.2021.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 17.02.2021 a 02.03.2021, no valor de 1.924.063,09 € (um milhão, novecentos e vinte e quatro mil, sessenta e três euros e nove cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 02.03.2021, apresenta um saldo de 12.573.476,69 € (doze milhões, quinhentos e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 11.024.988,24 € (onze milhões, vinte e quatro mil, novecentos e oitenta e oito euros e vinte e quatro cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.548.488,45 € (um milhão, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos).

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

- . **Saudação** (8 de Março – Dia Internacional da Mulher).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Adega Cooperativa de Palmela).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Dia Mundial da Proteção Civil).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** apresenta a saudação que se transcreve:

. **Saudação** (8 de Março – Dia Internacional da Mulher).

"As nossas vidas pessoais e profissionais sofreram uma enorme transformação ao longo dos doze meses que nos separam das comemorações do Dia Internacional da Mulher, em 2020. A pandemia tolheu liberdades e tem evidenciado e agravado as desigualdades que persistem na sociedade atual e, desde logo, na vida familiar. É comum ambos os elementos do casal trabalharem, mas é, ainda, maioritariamente, sobre a mulher que recaem as responsabilidades da gestão da casa e das crianças. Dados de fevereiro revelam que 82% do apoio extraordinário à família, em 2020, foi atribuído a mulheres, o que demonstra que a partilha destas responsabilidades é, ainda, incipiente. Não obstante, no encontro do Conselho de Direitos Humanos, realizado no ano passado, a Organização das Nações Unidas afirmou que, a nível global, 70% das/os profissionais de saúde na linha da frente deste combate são mulheres, que asseguram, também, serviços essenciais, como a cadeia de produção alimentar, educação, assistência social e limpeza. Na maior parte, com salários bastante inferiores e mais sujeitas ao desemprego, à pobreza e a situações de vulnerabilidade.

Esta situação é confirmada pelo recente estudo do Instituto Europeu para a Igualdade de Género que, instado pela Presidência Portuguesa da União Europeia a analisar o impacto da pandemia nas mulheres, revelou que as necessidades de emprego no segundo semestre do ano passado eram de 16,9% para as mulheres e de 12,5% para os homens, e que as oportunidades de emprego para as mulheres que já tinham dificuldades antes da pandemia, desceram drasticamente, com reflexos a longo prazo. A desigualdade de género atinge, com maior incidência, jovens entre os 15 e os 24 anos, mulheres menos qualificadas e cidadãs estrangeiras.

Mas não é apenas junto de quem tem menos qualificações que a desigualdade se faz sentir. A consultora Mercer divulgou, em janeiro, os resultados do seu mais recente estudo sobre remuneração de executivos de topo, em Portugal, e 85% dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização são homens. As mulheres continuam sub-representadas em cargos de liderança e a remuneração fixa dos homens é superior, em média, em 20%. No universo das ciências, que deveria estar na vanguarda da evolução, a diferença salarial média é, ainda, segundo a União Europeia, de 17%, apenas 16% das milhares de *startups* europeias têm fundadoras e só 24% dos cargos académicos de topo são ocupados por mulheres. Dados que não conferem com a preponderância das mulheres no Ensino Superior.

Ainda a propósito da pandemia, a diretora executiva do Fundo de População das Nações Unidas alertava para o aumento exponencial de fenómenos como o casamento infantil e a mutilação genital feminina, porque as meninas não estão na escola. Uma realidade que não está tão distante de nós, como poderia pensar: em 2020, foram detetados 101 casos de mutilação genital feminina no nosso país, registando-se, pela primeira vez, em Portugal, em janeiro último, uma sentença condenatória por este crime.

E se, no início do primeiro confinamento, se antecipava um aumento da natalidade no final do ano, o saldo real foi bem diferente. Em 2020, agravou-se a tendência de menos nascimentos – Portugal é o país europeu com menos partos - o que, a par do forte aumento de óbitos, nos confronta com o maior saldo natural negativo do século. Numa outra dimensão, os períodos de confinamento deixaram as vítimas mais isoladas e expostas à agressão. De acordo com a segunda edição do relatório da APAV “Violência contra as mulheres e violência doméstica em tempos de pandemia”, entre março e maio de 2020 foram registados 683 casos de agressão - 589 de violência doméstica e 94 de outras formas de abuso, como crimes sexuais. Entre as vítimas, 83% são mulheres, na sua maioria, entre os 21 e os 44 anos, sendo que é na região de Lisboa e Vale do Tejo que se verifica o maior número de casos de violência doméstica contra mulheres. Já a Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica registou 25 mil atendimentos na 1.ª vaga da pandemia e, desde setembro do ano passado, 12.500 atendimentos. Os dados preliminares sobre as mulheres assassinadas em Portugal, entre 1 janeiro a 15 de novembro 2020, do Observatório de Mulheres Assassinadas, da UMAR, dão conta de 16 femicídios concretizados e 43 tentativas, em contexto de relações de intimidade.

O Município de Palmela subscreveu, recentemente, o Protocolo de Cooperação com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), com o compromisso de implementar, ao nível municipal, ações que mobilizem a comunidade e contribuam para uma efetiva mudança social, e continua a trabalhar na construção do seu Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, tendo, já, nomeado a sua Conselheira Interna para a Igualdade. Associou-se à campanha nacional de Prevenção e Combate da Violência Doméstica “#EU SOBREVIVI” lançada no Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro),

alertando e consciencializando a comunidade para a importância da prevenção e desocultação do fenómeno da violência doméstica.

Internamente, a adoção de linguagem inclusiva de género foi um passo importante numa organização onde as mulheres sempre tiveram representatividade, por mérito próprio, em todos os cargos políticos e níveis de direção e onde qualquer função pode ser desempenhada por quem seja competente para tal. O Plano Municipal de Promoção da Participação Infantil, que aborda temas como os Direitos Humanos, os ODS e a Participação Cidadã, continua a lançar sementes para um futuro onde a igualdade de género e a inclusão não sejam sonhos ou exigências, mas a normal vivência em sociedade. Para assinalar o Dia Internacional da Mulher 2021, o Município reuniu dez mulheres do Concelho de Palmela que, em diversas áreas e funções, dão testemunho diário de coragem e resiliência no feminino, neste período difícil, no cuidado à família e no serviço à comunidade.

Reunida a 03 de março de 2021, a Câmara Municipal de Palmela **assinala** o Dia Internacional da Mulher, sublinhando o seu compromisso com o aprofundamento das políticas e ações conducentes à igualdade social entre mulheres e homens, e saúda todas as mulheres, em particular, as do Concelho de Palmela e as trabalhadoras do Município, convidando a conhecer a campanha “Todas, a uma só voz”, disponível *on-line*, e à reflexão para um mundo mais justo e equilibrado, em que caminhemos, verdadeiramente, lado a lado.”

Sobre a Saudação “8 de Março – Dia Internacional da Mulher”, intervêm:

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que está a 100% com a proposta de saudação e acrescenta que não é de estranhar que a maior parte das mulheres requererem o apoio para ficar em casa a cuidar dos filhos, porque infelizmente, os homens atualmente, ganham mais do que as mulheres. Refere que em conversa com uma amiga, esta lhe referiu que o seu marido pediu para ficar em casa, durante um período, para tomar conta do filho pequeno, ao qual o seu chefe lhe perguntou se não tinha mulher que pudesse ficar com a criança e, este é o exemplo da discriminação que ainda hoje, é de lamentar, porque, em pleno século XXI, ainda se verifica este tipo de discriminação tão grande entre homem e mulher. Considera ainda que, infelizmente, vão ter muitos anos pela frente para que as igualdades se aproximem.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que esta saudação é oportuna e realça que é sempre importante assinalar o Dia Internacional da Mulher, por todo o simbolismo que traz e também pelos problemas que ainda hoje são colocados às mulheres neste país e no mundo. Salaria que há duas situações que se destacam nesta saudação e que são muito importantes e que importa destacar, pois causam muita preocupação ao PSD e a todas as outras forças políticas e que está relacionado com a questão da igualdade salarial entre homem e mulher, a diferença entre aquilo que o homem e a mulher auferem, porque continua a constituir um diferencial muito grande. Para além disto, o problema da violência

doméstica que, ainda há pouco tempo, não nestas funções, mas enquanto Presidente da distrital do PSD de Setúbal, teve uma reunião com o Comandante Distrital da GNR e, efetivamente, as forças de segurança manifestam essa preocupação, sobretudo em períodos de confinamento e isolamento que a pandemia obrigou e que, as mulheres têm vindo a sofrer mais, em maior silêncio, portanto, considera que é importante, que todas as entidades oficiais, desde os serviços do Estado, da Administração Central, Regional e Local, enfim, todos os cidadãos também, incluindo as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens devem estar ainda mais atentas a este problema, pois não é fácil de erradicar este fenómeno, mas, pelo menos, tentar reduzir drasticamente, porque é uma vergonha que, em pleno século XXI ainda aconteça tanta violência contra as mulheres. Portanto, revê-se nesta saudação e, naturalmente que votará favoravelmente.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e refere que o PS revê-se nesta saudação e realça que é sempre importante chamar a atenção para estas questões da igualdade de género e, mais do que referir essa questão, é preciso agir nesse sentido. O Plano de Igualdade de Género que a Câmara Municipal de Palmela tem estado a desenhar é um bom prenúncio e será também muito importante trabalhar estes temas junto dos mais jovens, porque é a partir dos mais jovens que vão poder mudar a sociedade e combater estes estereótipos que existem, não só a nível económico, como já foi aqui referido, mas também a nível político, social e cultural, porque é preciso mudar este paradigma na sociedade e os jovens devem ser o foco principal para mudar. Portanto, o PS, obviamente votará favoravelmente esta saudação isso.

Submetida a votação a saudação (8 de Março – Dia Internacional da Mulher), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta as saudações que se transcrevem:

. **Saudação** (Casa Ermelinda Freitas).

"A Casa Ermelinda Freitas continua a granjear medalhas internacionais, elevando o nome de Palmela, além-fronteiras.

As mais recentes foram conquistadas no Brasil Wine Challenge e atribuídas pela publicação francesa Gilbert & Gaillard 2021.

No primeiro, a produtora arrecadou onze medalhas de ouro, duas das quais grandes medalhas de ouro, pelos vinhos *Moscatel Roxo 2010* e *Cabernet Sauvignon Reserva 2017*.

Já os especialistas em vinhos franceses atribuíram medalhas de ouro premium a 7 vinhos da Casa: *Vinha da Valentina Premium Branco 2019*, *Vinha do Fava Reserva 2018*, *Valoroso Reserva 2017*, *Valoroso Cabernet Sauvignon*, *Touriga Nacional*, *Syrah Tinto 2019* e *Baía de Troia Tinto 2019*.

Estes prémios vêm, uma vez mais, evidenciar a qualidade destes vinhos e são o resultado do empenho, trabalho e inovação permanentes de uma marca que se afirma aos níveis nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento da economia e a afirmação do território vinhateiro do Município de Palmela.

Reunida a 3 de março de 2021, a Câmara Municipal de Palmela reconhece a excelência da empresa e **saúda** a sua visão e estratégia, que mesmo em tempos de pandemia COVID-19, permitem alcançar resultados notórios e enaltecer toda uma região e país.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

. Saudação (Adega Cooperativa de Palmela).

“Mesmo em tempos de pandemia COVID-19, o Município de Palmela continua a afirmar-se no setor do vinho, desta vez com o selo de qualidade de ouro atribuído pela Revista Escanção à Adega de Palmela, por 3 produtos de excelência: *Moscatel de Setúbal 2018; Moscatel de Setúbal 10 anos* e *Amus Aguardente de Moscatel*.

A Adega Cooperativa de Palmela tem sido, ao longo dos anos, um parceiro permanente do Município, presidindo também à direção da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal e contribuindo para a geração de riqueza, criação de emprego e apoio aos micro e pequenos produtores.

Nos seus 65 anos de existência, tem sabido demonstrar a qualidade e diferenciação dos vinhos do concelho e, por isso, reunida a 3 de março de 2021, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** a Cooperativa pela distinção, pelo seu trabalho e capacidade de inovação, fatores que confirmam o valor da vitivinicultura neste território.”

**Submetida a saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade.
Aprovado em minuta.**

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (Dia Mundial da Proteção Civil).

“Todos os anos assinala-se a 1 de março o Dia da Proteção Civil, efeméride instituída a nível mundial pela Organização Internacional de Proteção Civil (OIPC) e a nível nacional por despacho do Ministro da Administração Interna.

A lei de bases da Proteção Civil define " a atividade da proteção civil" como, "Atividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou

tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo, quando aquelas situações ocorram”.

Este ano, o tema central das comemorações é a “Cultura de Prevenção para uma Sociedade mais Segura”.

A escolha do tema visa recordar-nos o papel estruturante que a abordagem centrada na cultura de prevenção, autoproteção e planeamento, tem na edificação de sociedades humanas mais seguras e preparadas para enfrentar os perigos de sempre, mas também os novos perigos, que resultam quer da ação do homem sobre o ecossistema global, quer do progresso da ciência e tecnologia em contraposição com a histórica e, em inúmeros casos ainda vigente, uma cultura reativa.

Em tempos de Pandemia como os que vivemos com o vírus COVID -19, saudamos o papel efetivo e preponderante de todos os agentes da Proteção Civil, concelhia, distrital e nacional.

A sua formação técnica de elevada qualidade a que se associa a uma enorme capacidade de resiliência e de altruísmo na defesa das pessoas e dos bens públicos ou privados, têm garantido a todos uma sensação de efetiva segurança assim como de reconhecimento pelas suas funções.

No nosso concelho, temos três corpos de Bombeiros Voluntários, Palmela, Pinhal Novo e Águas de Moura, que saudamos com forte agradecimento e estima pelo seu empenho nas funções diárias e difíceis a que respondem com elevada prontidão.

Saudamos as trabalhadoras e os trabalhadores da Proteção Civil da autarquia, os membros das forças de segurança, o coordenador municipal da Proteção Civil, o comandante distrital e nacional e em si todos os que compõem as estruturas de proteção civil que comandam.

Neste momento diferente, realçamos o papel fundamental de todos os profissionais de saúde, das IPSS, da educação e de outros setores de atividade que, como profissionais ou de forma voluntária, permitem melhorar as respostas institucionais, públicas e privadas ao serviço de todos. Porque somos todos, proteção civil.

São tempos difíceis que obrigam a uma maior solidariedade e responsabilidade de todos, para respeitar e valorizar o trabalho da Proteção Civil.

A Câmara Municipal de Palmela, reunida em sessão ordinária a 3 de março de 2021, homenageia a Proteção Civil e todos os profissionais e voluntários de cuja atividade depende o socorro dos portugueses.”

Sobre a saudação “Dia Mundial da Proteção Civil”, intervêm:

O **Sr. Presidente** congratula o PS por ter apresentado esta saudação, porque é, de facto, oportuna e evoca não só o dia, mas também o conceito e, ajuda a que todos interiorizem a ideia de que a proteção civil é uma responsabilidade de todos, desde a adoção de comportamentos e atitudes que conduzam à prevenção das situações e que proporcionem a

capacidade de trabalho, coesão e resiliência para enfrentar aquelas questões que não se conseguem prevenir atempadamente, portanto, congratula-se com esta saudação e realça que também a CDU revê-se nesta saudação e considera que é muito importante descrever com mais amplitude o conjunto de entidades e agentes que integram o trabalho da proteção civil que não está, obviamente apenas assente no desempenho dos bombeiros, pois, apesar de determinantes, também existe um conjunto de agentes, desde as autoridades policiais, os trabalhadores e trabalhadoras da área da proteção civil e, como foi muito bem referido na saudação, o papel desempenhado pelas IPSS e uma rede de agentes sociais que, nestes momentos, têm de fazer parte das respostas e da solução. No entanto, sugere uma proposta de alteração, no oitavo parágrafo onde se lê: "Saudamos os técnicos da proteção civil..." para o seguinte: "saudamos as trabalhadoras e os trabalhadores" porque nem todos são técnicos, ou sejam, nem todos têm a função técnica, mas são todos, de facto, importantes e depois, na 2ª linha desse parágrafo, após os membros das forças de segurança, se possa incluir o Coordenador Municipal de Proteção Civil, porque, em bom rigor, é quem reporta ao Presidente do município que tem o pelouro, mas é, de facto, quem tem de, em primeiro momento, articular com todas as outras entidades e que tem dado prova de grande capacidade de resposta e interação com os restantes agentes, sendo uma figura que a Lei de Bases da Proteção Civil criou e que o município de Palmela tem e, uma vez que é feita, nesta saudação, a referencia ao Comandante Distrital e Nacional, considera que a nível local, também devia ser dada esta referencia. Reitera que, a saudação, para além de oportuna, também vai ao encontro da ideia e do conceito que, atualmente têm da proteção civil, da cultura de segurança e do envolvimento dos cidadãos.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** concorda com as propostas de alteração do Sr. Presidente e acrescenta que quando foi feita a referência aos técnicos da Proteção Civil, estava incluída a coordenação municipal, mas não tem qualquer problema em incluir as sugestões apresentadas. Refere ainda que aproveitou para fazer também algumas alterações, pois nesse paragrafo também está em falta as estruturas que comandam, portanto, coloca à consideração o seguinte texto, com as alterações agora sugeridas, do seguinte modo: "*Saudamos as trabalhadoras e os trabalhadores da Proteção Civil da autarquia, os membros das forças de segurança, o coordenador municipal da Proteção Civil, o comandante distrital e nacional e em si todos os que compõem as estruturas de proteção civil que comandam.*" E no parágrafo seguinte, propõe que se acrescente o seguinte: "Porque somos todos, proteção civil", considerando que assim a saudação fica mais completa e, como tal, agradece as sugestões.

Submetida a votação a saudação (Dia Mundial da Proteção Civil), foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (2021-2026)** – O **Sr. Presidente** recorda que o Conselho Europeu criou o "*Next Generation EU*", um instrumento temporário de recuperação, a partir do qual se desenvolverá o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra este Plano de Recuperação e Resiliência. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português é de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, e vai implementar, com recursos que ascendem a cerca de 14 mil M€ de subvenções (+ 2,3 mil M€, o que dá um total global de 16,5 mil M€), um conjunto de reformas e de investimentos que permitirão ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando assim o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. De forma a complementar o próximo ciclo de fundos estruturais 2021-2027, através do Portugal 2030 e do seu orçamento de cerca de 24 mil M€, contribuirá para o esforço reformista e de mudança estrutural, intervindo em áreas relevantes nos domínios da inovação e da transição digital, da demografia, qualificações e inclusão, da transição climática e sustentabilidade e da coesão territorial, com base no diagnóstico de necessidades e dos desafios, o Plano de Recuperação e Resiliência foi organizado em três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. Estas dimensões são concretizadas através de 19 Componentes que integram por sua vez 36 Reformas e 77 Investimentos. Após uma atenta análise do mesmo e considerando todo um trabalho interno, ou seja intra-serviços municipais e executivo e externo, em articulação com a AML e a CCDRLVT, que levou ao desenho final deste documento, assim como os vários contributos para a reprogramação do atual quadro comunitário de apoio 2014-2020 (PT2020), a elaboração do novo quadro comunitário de apoio 2021-2027 (PT2030), a elaboração do Plano Nacional de Investimentos (PNI 2030) e a elaboração de um pacote de medidas como propostas para combate à COVID-19 através dos FEEI – Fundo Europeus Estratégicos e de Investimento, considera o Município de Palmela que o desenho final deste documento está muito aquém do esperado, gorando as várias expetativas que se foram criando ao longo deste último ano de trabalho (2020). Na verdade o PRR acaba por convergir em três grandes dimensões indiscutíveis como frente de trabalho e de investimento mas aponta o foco sobretudo para os serviços centralizados, a procura de resolução de questões inerentes à competência da Administração Central, deixando pouca margem de intervenção e de investimento quer junto das autarquias quer junto das empresas, sobretudo das micro, pequenas e médias empresas e, duma forma geral, da comunidade e da sociedade civil. Tratando-se de um programa consequente da necessidade de alavancar e reforçar os setores de atividade e os domínios societais mais afetados pela pandemia, como por exemplo, as áreas da restauração, dos serviços e do comércio e da cultura, assim com do movimento associativo, das Instituições de solidariedade Social (IPSS's) e das empresas do setor locais (empresas municipais), é simultaneamente constrangedor e confrangedor a verificação da falta duma estratégia integradora e de apoios diretos para quem mais sofreu com a COVID-19, sendo

necessário, reforçar e relembrar o governo dos muitos contributos enviados e das muitas propostas elaboradas para a redação final do agora em consulta. Portanto e face ao exposto, o Município de Palmela propõe apresentar um conjunto de recomendações/propostas em matéria de alteração, mas, sobretudo de aditamento, chamando a atenção para alguns aspetos essenciais e que são determinantes para o concelho, para a região e para a Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente na área da habitação, o reforço da verba para o programação Habitação 1º direito, associado à agilização das regras de acesso e gestão do fundo ao nível da aquisição dos imóveis e terrenos para a requalificação e/ou construção de habitação social/rendas acessíveis; na área das respostas sociais, o reforço da verba para as respostas sociais, nomeadamente ao nível da requalificação e construção de centros de dia, lares/estruturas residenciais para idosos e dependentes e centro de cuidados intermédios e continuados, assim como organizações ligadas ao movimento associativo, desportivo e cultural; no âmbito do combate à eliminação de bolsas de pobreza, apoio aos artistas e às iniciativas culturais e às artes em geral, quer seja através de subsídios quer seja através da identificação e aquisição de serviços/bens, apoio ao movimento associativo, nas suas diferentes formas e atividades, nomeadamente cultura, inclusão social e desporto, com recurso a diferentes meios e tipologias de apoio, a melhoria e reforço do programa ADPATAR para apoio a micro, pequenas e médias empresas, através de apoios diretos, moratórias e /ou fundo perdido, consoante o volume de negócios, economia circular e digitalização dos serviços ou outras formas de venda/fornecimento de serviços com bonificação e isenção/diminuição de impostos; o apoio direto às empresas municipais, através do benefício do programa ADAPTAR, a compensação a 100% dos custos assumidos pelos municípios, face aos encargos relacionados com despesas e perda de receitas das empresas municipais e a recuperação, requalificação e promoção do património histórico, natural e cultural, nomeadamente o edificado, monumentos e zonas naturais de interesse paisagístico e da conservação da natureza, numa lógica de conectividade e coesão territorial. Na área do investimento e inovação, propõe-se insistir na internacionalização do *cluster* automóvel do concelho de Palmela, a criação do Parque Tecnológico de Palmela; articulação do setor empresarial e a academia/ I&D, na promoção e desenvolvimento da “aldeia vinhateira Fernando Pó”, em torno do setor vitivinícola e do Enoturismo, a criação e promoção da “Cidade do Cinema de Palmela”, enquanto cluster em torno das indústrias criativas, a criação do polo sul do MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, em Palmela e a criação de um laboratório colaborativo para apoio às empresas na Península de Setúbal, com localização em Palmela, no quadro do Parque Tecnológico a desenvolver. Na área das infraestruturas, propõe-se a requalificação das áreas de acolhimento empresarial (AAE), a saber: Palmela/Biscaia; Vale do Alecrim/Carrascas e Vila Amélia/Autoeuropa, a requalificação das circulares norte e sul da Autoeuropa, tendo em vista a melhoria do acesso à rede rodoviária regional e nacional e, consequentemente, o aumento da competitividade das empresas do *cluster* automóvel, a construção das variantes às EN379 e EN252, tendo em vista a conectividade do território, em particular nos acessos as AAE, e a promoção da atividade

económica, a eliminação dos nós de portagem Palmela-Setúbal (A2), de forma a reforçar as habilidades e as ligações intermunicipais e inter-regionais, garantindo uma maior resiliência das infraestruturas e das comunidades e a criação da plataforma logística do Poceirão (e respetivos acessos e ligações rododotroviárias), reivindicação desde o terceiro quadro comunitário de apoio mas que se mantém atual face às dinâmicas local e regional neste setor de atividade, revelando-se o Poceirão o lugar ideal para a sua localização. No âmbito das florestas, é proposto a criação do Parque Municipal Ribeira da Salgueirinha – Lagoa da Brejoeira, em torno da sustentabilidade do território e do seu enquadramento no corredor ecológico da área metropolitana de Lisboa; a consolidação de taludes, encostas e caminhos rurais/acessos em zonas naturais sujeitas a erosão, particularmente na Serra da Arrábida; a criação de um Programa de Ordenamento e Gestão do Espaço entre as Serras de S. Luís e do Louro e Vale de Barris; a implementação do Programa SERRA SEGURA, através da criação e apetrechamento do centro de alojamento de refugiados e desalojados na serra da Arrábida, criação de condições para uma melhor eficácia dos meios aéreos e terrestres, através da requalificação de pontos de água perenes e dotar as comunidades de equipamentos/veículos/máquinas que permitam uma primeira intervenção de combate a incêndios; dotar as associações de bombeiros do concelho de Palmela de novos equipamentos e proteção individual (EPI's) e novos veículos de combate aos incêndios (rurais e aglomerados urbanos) e outras catástrofes; promover a proteção e a capitalização das florestas quer como recurso económico e organização societal quer numa lógica de sustentabilidade ambiental; fomentar a conservação e a valorização da natureza e da biodiversidade; promover a agricultura familiar e a proximidade entre produtores e consumidores numa lógica de redes de escoamento e consumo da produção local sustentável e complementaridade dos orçamentos das famílias produtoras e criar, sobretudo quer nas zonas rurais quer nas zona urbanas, estruturas complementares de armazenamento de produtos, formas de escoamento e venda junto das famílias/consumidores. Na área da Eficiência energética em edifícios, sugere-se promover a eficiência energética em edifícios não apenas de serviços públicos e privados mas também, e com enfoque nos edifícios de cultura, desporto e recreio e no âmbito da Dimensão Transição Digital, sugere-se fomentar a aplicação da transição digital, não apenas ao nível da indústria 4.0 nas empresas, mas também, nas organizações associativas sem fins lucrativos, com particular destaque nas culturais, desportivas e recreativas e a criação de um HUB de Inovação Digital (Digital Innovation HUB – DIH), na Península de Setúbal, com sede em Palmela, no quadro do Parque Tecnológico a desenvolver. Portanto, uma vez que o Plano encontra-se em consulta pública, estes foram os contributos que Palmela apresentou e que considera que permitem melhorar o documento, não só para benefício, como também no âmbito da península de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa. É, de facto, um documento fundamental e estratégico, mas se não for bem aplicável, vão voltar a ter de fazer um novo, daqui a 6 anos, porque existem muitos problemas que têm de ser resolvidos. Porque até na questão dos fundos estruturais dos fundos comunitários, à medida que vai havendo convergência dos indicadores das regiões, isto tenderá a reduzir as percentagens de apoio de

financiamento ou de comparticipação e, se não aproveitarem agora, para reivindicar aquilo que efetivamente faz falta ao território, mais tarde, fica ainda mais difícil, uma vez que esta “bazuca” pode ser muito potente, mas pode sempre haver situações que impeçam de fazer chegar essas verbas aos setores que mais precisam e que podem gerar sustentabilidade económica, desenvolvimento social e resiliência no território.

• **Obra para o Centro de Investigação de Património Cultural adjudicada – O Sr. Presidente** informa que a empreitada para a obra para o Centro de Investigação de Património Cultural foi adjudicada por 408.099,25€ com IVA incluído. Esta obra está integrada no Plano de Ação de Regeneração Urbana – PA e cujo objetivo é criar uma área de análise, estudo e investigação sobre Património Arqueológico, instalando aí a coleção arqueológica do Museu Municipal e respetiva área de laboratório. A opção arquitetónica é a de manter a volumetria e acabamentos exteriores do edifício principal e acoplar um pequeno novo corpo para instalação do elevador e zonas técnicas. O edifício passa, assim, a ser acessível, bem como energeticamente eficiente, permitindo a instalação de serviços permanentes e a receção de público. O prazo de execução é de 365 dias, considerando que se trata de obra complexa de reabilitação, no Centro Histórico de Palmela.

Assuntos apresentadas pelos Srs/as. Vereadores/as Paulo Ribeiro e Raul Cristovão, Mara Rebelo, Palmira Hortense, Luís Miquel Calha e Adilo Costa

• **PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (2021-2026) – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** agradece a intervenção do Sr. Presidente sobre o PRR e solicita que esse documento fosse distribuído pela restante vereação, porque considera que é importante perceber qual foi a posição e também considera que esta discussão deveria ter sido mais discutida por todos e não apenas pela maioria.

• **Estado de degradação da Rua do Samouco – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** alerta para o estado de degradação da Rua do Samouco e de umas manilhas partidas numa rua sem saída junto deste arruamento, porque considera importante que se verificasse esta situação, uma vez que a degradação, os buracos são imensos e provocam grandes problemas a quem por ali tem de circular.

O **Sr. Presidente**, sobre o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (2021-2026), esclarece o Sr. Vereador Paulo Ribeiro que o documento foi trabalhado até à hora limite, ainda foi equacionado apresentar sob forma de moção, referente à posição do município, mas sem a oportunidade de o distribuir, atempadamente, não foi feito. Contudo, acredita que de uma

maneira geral, a vereação se revê nas propostas que lá estão, tendo em conta tudo o que tem vindo a ser discutido aqui ao longo dos anos, mas é intenção do executivo em fazer chegar o documento, que embora seja preciso fazer uma pequena correção, já foi entregue formalmente à AML que está a fazer a compilação dos contributos dos municípios e será objeto de discussão, amanhã na reunião do Conselho Metropolitano. Portanto, irá fazer chegar toda essa documentação para se perceber, de uma maneira geral, qual é a visão estratégica que a maioria tem sobre estas questões, mas são sobretudo contributos dos serviços que têm vindo a propor muitas linhas de intervenção e muitas soluções a partir de diagnósticos feitos, referente a necessidades que já foram identificadas noutros mandatos.

• **PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (2021-2026) – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que ia fazer o mesmo pedido que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro fez, relativamente a este documento e aproveita para solicitar que assim que o documento esteja preparado pela AML, também o faça chegar, porque é importante fazer essa análise do conjunto que está previsto para a zona da área metropolitana de Lisboa, porque este Plano de Recuperação e Resiliência Europeu é um plano macro, portanto, tem muitas vezes que recorrer a planos micro e essa transição entre o micro para o macro, pode fazer a diferença. De facto, há muito investimento a fazer, muita da infraestrutura, para que o país, possa crescer no seu todo e não diferenciar pelo número da população ou da capacidade económica da população e, que possa, num todo, ter acesso com dignidade aquilo que é essencial para a sobrevivência do mundo e das pessoas, que é o digital, mas tirando essa questão, de facto, é todo um conjunto de fatores que têm de ser analisados e ponderados, para que, de facto, traduza um reflexo positivo no desenvolvimento e qualidade de vida do território. Refere que o PS também enviou um conjunto de posições e propostas para consulta pública, e muito do que foi apresentado pelo Sr. Presidente e muitas das questões são coincidentes, sobretudo no essencial, por isso, considera que estão unidos nesta questão para defender aquilo que é importante para o território.

• **Arruamentos em Cabanas – O Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que em Cabanas, a Rua Joaquim Elias de Carvalho está inacabada, tem muitos buracos, muitos dos moradores têm demonstrado algum descontentamento, pelo facto de não estar toda devidamente alcatroada e também a Rua Manuel Xavier de Carvalho, segundo alguns munícipes, também devia ter sido toda ela intervencionada e não foi, portanto, há algumas situações em Cabanas, sobretudo em arruamentos que, com os últimos temporais ficaram em muito mau estado, por isso, seria importante verificar estas situações e fazer ali alguma intervenção que possa diminuir o impacto e facilitar a circulação.

• **Rua dos Descobrimentos, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Raul Cristovão** reporta também uma outra situação, na Rua dos Descobrimentos, junto à urbanização Palmela Village que segundo um dos munícipes, no último ano, registou cerca de 12 intervenções numa conduta de água que sistematicamente, rompe e, ainda na semana passada, houve uma nova intervenção. Refere ainda que chegam a ser feitas duas intervenções por mês e por isso, alerta para esta situação e questiona se não é possível fazer ali uma maior intervenção que impeça aquela situação de repetir com tanta frequência.

• **Transporte de pessoas para o centro de vacinação no Pavilhão Municipal, em Pinhal Novo e outros locais de vacinação – O Sr. Vereador Raul Cristovão** em relação à vacinação, sabe que está a decorrer ao nível que é possível no Pavilhão Municipal em Pinhal Novo, mas volta a questionar sobre o transporte das populações que vivem mais afastadas, uma vez que muitas pessoas já o questionaram sobre isso. Existem, de facto, pessoas com dificuldades, sobretudo, de transporte, ou seja, para poderem estar presentes na hora da vacinação que está programada e também para o regresso. De facto existem muitas pessoas que têm reformas muito baixas e, a mobilidade no concelho é aquilo que todos conhecem, por isso volta a referir a importância da autarquia pensar numa solução que possa facilitar o transporte dessas pessoas, sobretudo, aquelas que não têm transporte próprio e têm dificuldades de deslocação.

Sobre a questão das roturas na Rua dos Descobrimentos, em Quinta do Anjo, o **Sr. Presidente** questiona se é sobre roturas de abastecimento de água ou se é de rega.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que desconhece, refere que trata-se da conduta junto à vedação da urbanização Palmela Village que rompe com frequência, aliás, tem fotografias que o munícipe lhe fez chegar, mas não é dentro do aldeamento, é na berma da Rua dos Descobrimentos.

O **Sr. Presidente** refere que os serviços municipais irão verificar o que se passa. Em relação às outras questões, também foram devidamente anotadas, porque, de facto, depois da época das chuvas, há sempre muito trabalho a fazer e felizmente o tempo está a melhorar e vai permitir recuperar muita situações.

• **Incubadora de Empresas do Município de Palmela, em Pinhal Novo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que na próxima semana irão abrir as inscrições para a Incubadora de Empresas do Município de Palmela, localizada em Pinhal Novo, uma estrutura que irá contribuir diretamente para a dinamização da atividade económica, apoiando que pretendem iniciar o seu negócio e pequenas empresas em início de atividade, num ambiente de

cooperação e inovação. A dinamização e a diversificação do tecido empresarial local, a promoção do espírito empreendedor e inovador e o estímulo ao crescimento económico e à competitividade, são objetivos da Incubadora de Empresas do Município de Palmela, pensada numa perspetiva de acolhimento empresarial, através da disponibilização de espaços físicos e serviços, que contribuirão de forma direta para a promoção do empreendedorismo no processo de desenvolvimento de ideias de negócio e de empresas em fase de arranque, incentivando a criação e instalação de novas empresas e fomentando o emprego. A Incubadora disponibiliza 6 gabinetes individuais, uma sala em coworking para 6 postos de trabalho, uma sala de reuniões e espaço comum em open space, que se constitui como área de trabalho informal, equipada com mobiliário essencial. Disponibiliza, ainda, apoio administrativo, atendimento telefónico, receção de correio postal, agendamento e utilização da sala de reuniões, eletricidade, acesso a rede wireless, endereço comercial, espaços e serviços comuns. Portanto, mais do que um espaço onde as jovens empresas trabalham, o Município pretende que este seja um espaço de partilha entre empresas e empreendedores, com vista ao desenvolvimento de ideias de negócio e ao crescimento dos projetos já existentes. Refere ainda que, ao longo do ano, existirão ações de dinamização e capacitação, fomentado a criatividade e as atividades em rede. As candidaturas estão disponíveis em permanência, bastando para o efeito, consultar o site da Câmara Municipal, ou contactar a Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo, através dos emails e telefones disponíveis.

• **Comemorações do Dia Mundial do Teatro – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que, apesar da atual situação de pandemia que condicionou a vida da cultura e dos diferentes agentes culturais, em Palmela, apesar dos equipamentos culturais municipais se manterem encerrados, mantém-se a premissa da autarquia em não manter a cultura em suspenso e criar dinâmicas que possibilitem a continuação de propostas culturais para a população. Por isso, as comemorações do Dia Mundial do Teatro traduzem-se num conjunto de atividades, que decorrem ao longo do mês de março, nos diferentes territórios do concelho. Este ano, apesar dos condicionalismos, foi construída uma proposta que reflete esta dinâmica teatral do Concelho e tenta manter um formato continuado de programação. Destaca, sumariamente o Serão de Contos Populares, uma ação de Dramaturgia de Rua, pela Associação FIAR e, no Pinhal Novo, uma intervenção cenográfica, pela artista plástica Marta Fernandes da Silva, uma viagem virtual pelos rostos e memórias do teatro em Palmela e pelos seus grupos e uma ação de formação em teatro pela atriz Tássia Camargo e duas oficinas de voz, dinamizadas pela DançaArte/Passos e Compassos.

• **Março a Partir 2021 – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que em parceria com as associações juvenis, grupos informais de jovens e outras entidades do concelho, vão, uma vez mais apresentar uma programação inseridas nas comemorações do mês da juventude e na qual

destaca diversas iniciativas no âmbito do Março a partir, nomeadamente as conversas dos Skaters sobre o Skate Park que está programado para o Monte Francisquinho, através de uma candidatura que foi aprovada e aproveita para felicitar as 18 estruturas associativas juvenis que se propõem realizar 31 iniciativas durante o mês de março. São iniciativas de âmbito cultural, desportivo, artístico, com debates sobre a juventude e a participação sobre o Dia Nacional do Estudante e muitos outros temas, sobre a paz. Portanto, será um mês muito participado pelas associações juvenis, num formato, obviamente, adaptado às circunstâncias deste período pandémico.

• **Intervenção do Sr. Colin Marques, membro da Assembleia Municipal do PSD, na última Assembleia Municipal – A Sra. Vereadora Mara Rebelo** refere que o PS gostaria de apresentar 2 ou 3 considerações relativamente à infeliz intervenção que o Sr. Colin Marques, membro da Assembleia Municipal do PSD, fez na última Assembleia Municipal, no passado dia 25 de fevereiro e que demonstrou a sua falta de elevação e, o PS entende fazer aqui em Reunião de Câmara, para que conste em ata, porque trata-se de um assunto que mereceu a discussão e a aprovação, em sede de reunião de câmara. Portanto, a ausência de ética política é demonstrativa da sua falta de estatura moral e cívica, aliás, este autarca já tinha dado mostras da sua falta de respeito democrático, quando utilizando adjetivos, que nunca se viu em órgãos autárquicos no concelho, se dirigiu à Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo, utilizando termos tais como e passa a citar: “tentativa miserável e repugnante, branqueada de forma manhosa, feito por sacanice, gritante inaptidão”, entre muitos outros, pois, estes são apenas alguns exemplos, mas o PS quer, acima de tudo, repudiar em absoluto as intenções caluniosas que foram proferidas, que lastimam e empobrecem a política local e o partido político que este senhor representa, ainda mais, esta intervenção só pode estar ligada à desorientação e pouca preparação e conhecimento de alguns autarcas do PSD sobre os problemas do concelho e das necessidades das populações. É triste que o Sr. deputado da Assembleia Municipal, Colin Marques não perceba a importância que as instituições da economia social têm no concelho e não procure entender, como era sua obrigação, a relevância que estas instituições têm para a comunidade, ao invés, cria histórias escabrosas e com pseudo conluios políticos, sem qualquer fundamento ou enquadramento inteligível. Porém, ignorância combate-se e o PS tem todo o gosto em ajudar este deputado da assembleia municipal a perceber o que se passa no concelho e, por isso, para que fique mais informado, por isso esclarece que a cedência do terreno referido, ocorreu em virtude de candidaturas que estiveram abertas no final do ano passado, no âmbito do Programa Pares, programa que visa o reforço de criação de estruturas de apoio social às famílias, neste caso, na área da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, no qual, todas as instituições do concelho que apresentaram candidatura solicitaram apoio da autarquia e a todas elas foi concedido, sem exceção. A Fundação COI foi visada na intervenção do Sr. Deputado Municipal, que optou por solicitar a

cedência do terreno, em detrimento do apoio financeiro, pois é intenção daquela instituição a construção de raiz de uma estrutura residencial para pessoas idosas, estrutura que infelizmente, não existem em número suficiente no concelho e que, portanto, deveria ter merecido uma palavra de louvor do Sr. Deputado Municipal e não as palavras que proferiu, que apenas refletem a sua despreocupação com as verdadeiras fragilidades do concelho, em prol de quezílias políticas, desinformação e de lançar inverdades, uma situação que sugere que, provavelmente, se sentiria mais enquadrado numa extrema-direita do que na social-democracia. Portanto, não tenta apenas defender a honra dos deputados socialistas, enquanto cidadãos e cidadãs, porque na sua forma de estar na vida e na política, por si só, são demonstrativos dos valores éticos e da responsabilidade social com que sempre se entregaram à causa pública, fazendo-o no intuito de defender a democracia, o poder local e todos aqueles que, independentemente dos partidos que representam, se dedicam a representar as populações e os seus interesses.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** esclarece a Sra. Vereadora Mara Rebelo sobre o seguinte, em 1º lugar, não pensava intervir sobre este assunto, até porque não apurou ainda a totalidade dos factos que foram falados, mas para que fique claro, refere que ficou sem perceber em que qualidade é que a Sra. Vereadora Mara Rebelo falou, se enquanto vereadora ou se enquanto membro dos corpos sociais da Fundação COI. Porque, se o fez enquanto membro dos corpos sociais do COI, recorda que já tiveram essa conversa, várias vezes, aqui, a propósito de outros elementos que, com toda a naturalidade e todo direito, fazem parte de corpos sociais de diversas instituições, mas não pode deixar de referir que estas instituições têm o seu fórum de intervenção e que aqui, neste caso, os vereadores devem abster-se de falar de situações que os envolvem da sua atividade fora da Câmara, por isso é que podem e devem pedir escusa de votar, e também de intervir e, portanto, desse ponto de vista, é isto que o apraz dizer sobre esse assunto. Ainda assim, também não pode deixar de dizer que qualquer autarca, seja de que partido for e, nunca fez nenhuma referência, pelo contrário, no mandato anterior já defendeu os autarcas do PS porque houve um membro da bancada da maioria que fez algumas referências que à liberdade de expressão dos autarcas do PS e faz o mesmo nesta circunstância relativamente à liberdade de expressão que um autarca terá sobre determinado assunto que, na sua livre expressão para o qual foi democraticamente eleito, independentemente de poderem ou não concordar, portanto, não quer deixar de expressar esta solidariedade para com o autarca Colin Marques, agravada com o facto de ele não estar aqui presente para poder responder e, portanto, essa referência que a Sra. Vereadora Mara Rebelo fez aqui, devia ser feita na Assembleia Municipal ou na Assembleia de Freguesia de Quinta do Anjo, na qual ele poderá ter a possibilidade de se defender e dar a sua opinião sobre os assuntos em causa.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** cumprimenta os presentes e sobre questões de pavimentações, dá nota de duas empreitadas que foram adjudicadas, nomeadamente a pavimentação da Rua

de António Henrique Matos, em Cabanas, por cerca de 50.000€, que prevê também a realização de trabalhos de execução da rede de águas residuais e pluviais e rede de abastecimento de água e os restantes trabalhos complementares, com a colocação de massas betuminosas e arranjo de valetas. A outra empreitada adjudicada é a pavimentação da Rua do Campo da Bola, em Lagameças, por 49.820€, que prevê a realização de trabalhos de execução de pavimentação, colocação de massas betuminosas, bermas, valetas e rede de drenagem da via e outros trabalhos acessórios.

O **Sr. Vereador Adilo Costa**, em relação à questão apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, esclarece que a Rua do Samouco já foi sinalizada pelos serviços municipais e que, de facto, precisa de uma intervenção. Aproveita e informa o Sr. Vereador Pedro Taleço em relação ao depósito ilegal de entulhos, sobre o qual lhe chegou uma fotografia de um carro com matrícula, através da qual poderão fiscalizar a forma de como a situação está a acontecer, pois pode servir de prova. Em relação a Cabanas, esclarece o Sr. Vereador Raul Cristovão que está a decorrer a intervenção na Rua Manuel Xavier de Carvalho e irá acontecer o mesmo na Rua Joaquim Elias de Carvalho, cuja intervenção também irá acontecer, mas não irá abranger a totalidade da rua, mas sim onde há maior densidade populacional, ou seja, até onde acaba o perímetro urbano.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** sobre a intervenção da Sra. Vereadora Mara Rebelo refere que não está aqui a por em causa a liberdade de expressão, aliás, está a referir claramente aquilo que já tinha referido, muitas vezes, até em intervenções que aqui têm, o PS sempre num debate com bastante elevação democrática nesta autarquia que, felizmente, apesar das divergências, há momentos em que os ânimos aquecem e dizem-se coisas que, de facto, podem ultrapassar alguns limites. Refere ainda que o PS pugna sempre por duas questões, pela liberdade de expressão e pela forma de expressão, que são duas situações diferentes e depois, a intervenção da Sra. Vereadora Mara Rebelo serviu para chamar a atenção, porque a democracia ganha-se com a liberdade total de expressão, mas também se ganha com muita responsabilidade e, às vezes exageram em sítios que, se calhar, não deviam exagerar. Felizmente, são poucos os casos, muito reduzidos e ainda bem, mas quer o PS, a CDU, o MIM, o PSD pautem pelo respeito e admiração, porque são todos importantes naquilo que é o desenvolvimento da própria democracia local e, não está em causa nada que tenha a ver com a liberdade de expressão, mas sim, com o tipo de linguagem utilizada, que pode ser ofensiva e que necessariamente põe em causa princípios e éticas que todos devem ter no combate político.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que se há conflitos de interesses, isso já aconteceu consigo e não teve a hipótese de intervir, por isso acha que outros vereadores que estejam nessa situação não devem intervir e concorda com o Sr. Vereador Paulo Ribeiro, porque é deselegante falar nas costas das pessoas, uma vez que há sítios apropriados para que possa haver esse confronto de ideias, pessoalmente.

O **Sr. Presidente** refere que quando deu a palavra à Sra. Vereadora Mara Rebelo, desconhecia o teor da informação e, portanto, há aqui uma dimensão político partidária, aliás foi também interpelado sobre o tema em Assembleia Municipal e, respondeu da forma que entendeu ser a correta, desmontando aquela linguagem e algumas insinuações, mas é como referiu o Sr. Vereador Raul Cristovão, não está aqui em causa a liberdade de expressão, mas, obviamente que essa liberdade também implica responsabilidade, senão qualquer dia, face a algumas insinuações ou algumas afirmações, desafiam-se todos a fazer queixas e processos-crime por difamação e outras situações do género. É um facto que, em Palmela, com as diferenças que obviamente caracterizam a intervenção política e até as diferenças de estilo, não estão acostumados a isto e, este tipo de situações começam a ser recorrentes da parte de muitas pessoas, de muitas forças políticas e muitos intervenientes, mas enfim, cada um fica com a consequência dos seus atos e dos seus ditos.

A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** esclarece o Sr. Paulo Ribeiro que, obviamente, a intervenção foi feita enquanto vereadora do PS. Recorda igualmente a Sra. Vereadora Palmira Hortense que também pediu escusa e não votou, porque havia conflito de interesses. Portanto, aqui o que está em causa e, desconhecendo se ouviram as afirmações do Sr. Colin Marques, membro da Assembleia Municipal, o PS ouviu e foi diretamente visado, aliás, referiu-se diretamente à sua pessoa e ao líder de bancada do PS, por isso, enquanto vereadora do PS entendeu fazer esta intervenção, porque a liberdade de expressão tem de ter um limite, tem de haver uma linha que separa a liberdade de expressão da calúnia e/ou da intenção caluniosa que foi proferida e, entendeu intervir neste espaço público. Acrescenta que nada teve de ver com as suas funções profissionais, embora o Sr. membro da Assembleia estivesse a confundir isso e, mais uma vez lamenta, por isso, enquanto vereadora fez a intervenção e voltaria a fazê-lo porque também o senhor membro da Assembleia também não se escusou de referir o que quer que fosse sabendo que não a iria ter resposta, porque não estava fisicamente presente e não poderia intervir e por isso, fê-lo aqui, em sede própria para esclarecer a situação.

O **Sr. Presidente** em relação à questão do transporte das pessoas a vacinar esclarece que o Centro de Vacinação em Pinhal Novo, foi o local escolhido pelo ACES, pela sua centralidade e, desde o início, foi referido que tal não impedia a vacinação nas extensões e Centros de saúde

das várias localidades, que começou a acontecer antes da entrada em funcionamento do Centro de Vacinação em Pinhal Novo, aliás são públicos os resultados do número de pessoas vacinadas na unidade de saúde em Pinhal Novo e na unidade de Saúde Familiar de Santiago, em Palmela. Mas, tudo isto tem de ver com a criação de condições que vão muito para além daquilo que é perceptível, desde segurança do transporte de vacinas, de garrafas de oxigénio, marquesas, deslocação de profissionais e apoio logístico, que o ACES não tem condições, porque quando coloca 2 ou 3 equipas de vacinação e mais 2 ou 3 nos lares, como devem calcular, fica sem enfermeiros e médicos nos Centros de Saúde e, o problema é esse, a falta de recursos humanos. Depois, todos foram surpreendidos, no início do funcionamento deste centro de vacinação, com o critério que foi utilizado, que não critica, porque também considera que começar exclusivamente pelas pessoas residentes no Pinhal Novo, com mais de 80 anos, não seria o critério correto e, o critério correto, que só tiveram conhecimento no dia em que as pessoas foram chamadas, foi o de distribuir as remessas de vacinas diárias por todas as freguesias, em função dos critérios que estão definidos no Plano Nacional de Vacinação e foi aí que se aperceberam da deslocação de pessoas de outras localidades. De imediato, em articulação com as Juntas de Freguesia e também com os serviços municipais, reuniram, para estabelecer um plano de apoio à deslocação das pessoas que tenham essa necessidade. Refere ainda que, tendo estado no local, praticamente diariamente, uma grande parte dos munícipes, sobretudo os mais idosos, vão devidamente acompanhados e aqueles que necessitaram de transporte e que o manifestarem, têm sido apoiados, com exceção de 2 casos que vão ser reagendados, aliás, inclusivamente, o município teve conhecimento de transportes feitos pela União de Freguesias de Poceirão e Marateca e também já adjudicaram transportes aos Bombeiros de Palmela para cidadãos da Quinta do Anjo, porque também há cidadãos que têm de ser transportados em cadeira de rodas. Refere igualmente que, ontem, estiveram reunidos com quem faz a gestão das chamadas dos utentes a vacinar, para que procurassem nesta distribuição das vacinas pelas várias localidades do concelho, criar períodos, por exemplo, uma manhã em que vem gente da localidade de Marateca e no período da tarde, pessoas que venham da Quinta do Anjo, de Palmela e Algeruz, enfim, de forma a se poder planear minimamente o transporte, porque não estão em Lisboa, nem no Barreiro ou na Moita que têm 50 quilómetros quadrados, o concelho de Palmela tem uma dispersão enorme que é sobejamente conhecida. Portanto, a partir de amanhã, vão proceder à divulgação dos números telefónicos para os quais as pessoas que necessitem de transporte devem fazer o pedido e procurar também que quem faz a marcação da vacinação faça uma seleção de utentes em consideração com os critérios que estão definidos, mas também em termos territoriais, que permita um planeamento. Por outro lado, o município não deixou de insistir para que depois desta fase, na vacinação descentralizada e também está a preparar-se para levar a vacinação a alguns territórios, mas só pode ser anunciado quando, quem faz a vacinação, se dispuser a esse trabalho. Recorda que já referiu anteriormente, num determinado contexto que estão a aguardar a entrega de uma carrinha que faça o trabalho nesta área da saúde, que possa

deslocar-se aos locais mais recônditos do concelho também para fazer a vacinação. Neste momento, para aproveitar a capacidade instalada, o ACES está a fazê-lo aqui, como está a fazer noutros sítios, concentrou os meios todos naquele local, vai fazendo algumas vacinas nas duas principais extensões de saúde, com maior número de utentes e a generalidade dos outros mais periféricos, está a implicar essa deslocação e, portanto, a partir de amanhã, já vai ser possível garantir transporte a vários cidadãos, sobretudo com a divulgação dos números para que as pessoas possam inscrever-se e, acrescenta que não excluam a possibilidade de recorrer, para este efeito, ao transporte das IPSS, onde estão a ser encetados contactos, no entanto, só é exequível quando se souber quem são as pessoas a transportar.

O **Sr. Vereador Raul Cristovão** refere que concorda com a centralidade da vacinação para melhorar a resposta, porque não havia outra alternativa a não ser a centralidade e é algo que está a ser feito em todo o lado, mas, o problema é a questão do transporte, mas já percebeu quais eram as condicionantes e agradece a resposta do Sr. Presidente.

O **Sr. Presidente** acrescenta que o município está muito satisfeito com o ritmo da vacinação nas estruturas residenciais, onde se empenhou desde o primeiro momento, apesar de no início o ritmo ter sido um pouco intermitente, neste momento, dentro de uma semana, o pleno da vacinação em lares deverá estar concluído, com a exceção daquelas estruturas cujos utentes não podem ser vacinados por causa de surtos. Também tem sido alvo de insistência por parte do município, a vacinação das pessoas com deficiência e das que trabalham no apoio domiciliário que ainda não foram chamados, mas para o número de vacinas que há neste momento mas, de facto, também há muitas outras pessoas que sendo mais jovens, têm doenças que estão naquele grupo de risco e que têm de receber rapidamente a vacina, mas são as estruturas de Saúde quem decide quem deve ser vacinado em primeiro lugar.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

GABINETE DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Pela **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – Reconhecimento de relevante interesse público na área do município para efeitos de isenção de pagamento de taxas de ocupação do domínio público municipal.

Requerente: Sociedade Filarmónica Palmelense "Os Loureiros". Proc.º E-881/10. Local: Palmela. Requerimento n.º 1135/2021.

PROPOSTA N.º GRCH 01_06-21:

«A Sociedade filarmónica Palmelense "Loureiros" apresentou, através do requerimento n.º 1135/2021, um pedido de isenção de taxas relativo à ocupação de via pública para realização de obras de conservação no seu edifício sede.

O edifício localiza-se na Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Palmela e, nos termos do n.º 10 do art.º 9.ºA do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais (RTTM), estas taxas, relativas à ocupação da via pública tendo por destino a realização de obras de conservação, beneficiam de uma redução de 90% do seu valor. As taxas apuradas em função da zona a ocupar por andaimes, de acordo com o n.º 27 do capítulo X da Tabela de Taxas Municipais (TTM), foram no valor de 392,06 euros, que, aplicada a redução de 90%, resultaria no valor 39,21 euros.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º do RTTM as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público podem beneficiar de isenção das taxas previstas neste regulamento, devendo, de acordo com os n.ºs 1 e 2 do art.º 11.º do mesmo regulamento, ser essa isenção requerida e sujeita a deliberação da Câmara Municipal.

A Sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" é uma associação com um longo historial e protagonismo notável na vida cultural, recreativa e desportiva, da Vila de Palmela, assumindo um contributo da maior relevância no âmbito da formação musical e na promoção e dinamização da atividade sociocultural no seio da comunidade Palmelense, constituindo-se hoje como um importante marco da afirmação cultural e turística do Concelho de Palmela no contexto Nacional e até internacional.

Faz-se, em seguida, o enquadramento Histórico e um resumo dos feitos e atividades relevantes desta instituição (texto extraído da deliberação de Câmara onde se procedeu à atribuição da medalha de honra do Concelho – 18.05.2005):

"Enquadramento Histórico

A sociedade Filarmónica Palmelense "Loureiros" foi fundada a 25 de Outubro de 1952, de acordo com a acta da reunião da fundação, realizada em casa de Joaquim José Correia, morador na rua de Santo António. A reunião realizou-se com o propósito de formarem uma sociedade filarmónica marcial e que para isso tinham convidado para seu director José Cipriano Arranches, professor de música, morador na Vila de Setúbal", o qual foi nomeado interinamente para a Presidência.

A primeira sede teve lugar na residência de João José Salgueiro, situada no Largo da Boavista em Palmela, local onde se realizaram os primeiros ensaios da banda que

actuou pela primeira vez em 1853. Em 1865 a Banda passou a ensaiar no Salão dos Paços do Concelho, que se perdera em 1855, após a integração da Freguesia de Palmela no Concelho de Setúbal.

Finalmente reuniram-se as condições necessárias à construção de uma sede própria, cujo projeto foi apresentado em 1925 e a obra de construção concluída em 1935 no Largo 5 de Outubro em Palmela.

Feitos e atividades relevantes

A Banda Filarmónica tem representado Palmela com as suas atuações, quer a nível Nacional em imensos festivais e encontros de bandas, quer a nível internacional, onde se destaca a sua presença em Isla Cristina, Em Espanha em 1925, mais tarde Cartaya, Viena de Áustria, Valência, Picanaya, Alginet, Madrid, e também a orquestra juvenil em Neuilly-sur-seine, junto a Paris e em Achères.

A atividade teatral na Sociedade remonta ao ano de 1970 e até ao presente levou à cena mais de 90 peças teatrais, quer de revista quer declamadas.

O Grupo Coral dos Loureiros foi fundado em 1970. A nível Nacional tem levado o nome de Palmela a dezenas de Vilas e Cidades por onde tem atuado. A nível internacional salientam-se as suas actuações em Alginet, Picanaya, La Garrovilla, Llerena e Barcarrota em Espanha, depois em Viena de Áustria, Pau em França e Haia na Holanda.

Tem sido grande também a preocupação no desenvolvimento de atividades musicais com crianças e jovens, com a constituição de Bandas, Orquestras e Grupos Corais Juvenis.

Na área do Desporto fica o destaque para a Ginástica, Futebol de Salão e Judo.”

Entre as inúmeras distinções recebidas, e para além da medalha de honra do Concelho concedida pela Câmara Municipal em 2005, salienta-se a declaração de entidade de utilidade pública concedida pelo Governo em 24 de abril de 1990.

Assim, face ao exposto, e nos termos das disposições conjugadas na alínea o) do art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e alínea d) da Lei 53E/2006, de 29 de Dezembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal reconheça que a Sociedade Filarmónica Palmelense “Loureiros” prossegue fins de relevante interesse público, ficando pelo facto isenta do pagamento de taxas das taxas previstas no RTTM, conforme se prevê na alínea b) do n.º 2 do seu art.º 9.º.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS

DIVISÃO DE INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS E ESPAÇO PÚBLICO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Acordo de Mutação Dominial com a Infraestruturas de Portugal, para a transferência da dominialidade de troço da Estrada Regional 5 (Avenida da Liberdade e Rua Fundação Gulbenkian), em Águas de Moura.

PROPOSTA N.º DASU_DIVEP 01_06-21:

«A Avenida da Liberdade e a Rua Fundação Gulbenkian são das principais artérias de Águas de Moura, e onde ocorre grande parte da atividade cívica, social, comercial e cultural desta localidade.

No entanto, estas duas vias são parte integrante da Estrada Regional 5 (ER5), sob administração da Infraestruturas de Portugal, S.A. e apresentam um tráfego muito intenso, nomeadamente de veículos pesados de mercadorias, não tendo sido, até à data, possível melhorar, de forma significativa, as condições de segurança rodoviária no local.

Com efeito, o município, nos últimos anos, já investiu em execução de passeios, em rebaixamento dos acessos às passagens de peões e incrementou mais lugares de estacionamento com vista ao melhoramento das acessibilidades; contudo, não sendo a entidade gestora das vias, não lhe foi permitido implementar medidas mais efetivas como o controlo de velocidade com recurso a sinalização luminosa, entre outras, que ao longo de anos foi apresentando à Infraestruturas de Portugal, S.A.. Acresce que, os processos de licenciamento e/ou obtenção de mera autorização para a realização de benfeitorias ou obras em infraestruturas municipais nas vias sob administração da Infraestruturas de Portugal, S.A, são muitas vezes complexos e morosos, logo incompatíveis com a gestão eficiente de vias urbanas com forte dinâmica económica e social, como é o caso.

Aproveitando a oportunidade constante no Plano Rodoviário Nacional (PRN), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto, onde é estabelecido que as estradas regionais podem ser integradas nas redes municipais, foram encetadas várias negociações, tendo sido possível estabelecer, com a IP – Infraestruturas de Portugal, S.A., uma proposta de Acordo de Mutação Dominial para a transferência da dominialidade de um troço da ER5, com a extensão total de 1,137 Km (entre o Km 29+140 e o Km 30+277), correspondente à Avenida da Liberdade e Rua Calouste Gulbenkian, em Águas de Moura, integrando-o na rede viária municipal e concomitantemente no património do município de Palmela.

Para além da transferência de dominialidade o acordo negociado prevê a execução de obras de beneficiação nas referidas vias, incluindo a instalação de um conjunto semaforico para deteção

e controlo de velocidade, a realizar pelo Município de Palmela com cofinanciamento da Infraestruturas de Portugal, S.A., até ao montante máximo de 180.000,00€ (cento e oitenta mil euros), com IVA, estando ainda incluído a elaboração do projeto.

Este acordo de princípio constitui um progresso assinalável, na medida em que será possível não só realizar a imediata beneficiação das vias e efetuar a instalação de um conjunto semaforico para deteção e controlo de velocidade como, a partir da entrada em vigor do Acordo de Mutação Dominial, o município passará a gerir de forma plena a circulação, estacionamento e ocupação da Avenida da Liberdade e da Rua Calouste Gulbenkian.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 13.º, do Decreto-Lei n.º 222/1998, de 17 de julho, e 40.º, do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, e ainda das alíneas c), do n.º 2, do artigo 23.º, q), do n.º 1, do art. 25.º, e ee), e ccc), do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Acordo de Mutação Dominial para a transferência da dominialidade de um troço da ER5, com a extensão total de 1,137 Km (entre o Km 29+140 e o Km 30+277), correspondente à Avenida da Liberdade e Rua Calouste Gulbenkian, em Águas de Moura, integrando-o na rede viária municipal e património do município de Palmela, cuja minuta se anexa e faz parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Acordo de Mutação Dominial com a Infraestruturas de Portugal, para a transferência da dominialidade de troço da Estrada Regional 5 (Avenida da Liberdade e Rua Fundação Gulbenkian), em Águas de Moura, numerada DASU_DIVEP 01_06-21, intervém:

O **Sr. Presidente** refere que trata-se de um objetivo que, há muito, o município pretendia e, finalmente, esta possibilidade de acordo que gostariam de ter feito na Reunião descentralizada na freguesia de Marateca, que não chegou a acontecer por causa da pandemia. Mas, enfim, ainda vai ser apresentada em Assembleia Municipal e, para já, está garantido que no futuro o município possa intervir ali em termos de circulação, de segurança, das acessibilidades e, obviamente, que passará a ser o responsável pela tutela daquela estrada. Considera que este é um tipo de descentralização pela positiva e que era uma situação muito reclamada pela população daquela localidade.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 3 – Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2020.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_06-21:

«Na reunião do Conselho de Gestão da empresa municipal Palmela Desporto, de 11 de fevereiro último, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2020.

A prestação de contas desta empresa reflete a atividade desenvolvida, bem como os resultados financeiros alcançados durante o passado ano, os quais apresentam um resultado líquido positivo, no valor de € 2.568,67 (dois mil quinhentos e sessenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos).

O exercício de 2020 foi muito condicionado pela situação pandémica que assolou o país, que obrigou ao encerramento dos equipamentos e das atividades desportivas, provocando uma redução significativa no número de utentes e, consequentemente, originou uma quebra acentuada nos valores das vendas bem como um valor de execução das ações realizadas ligeiramente ao previsto, o que contraria o ocorrido nos anos anteriores.

Os documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2020 da Palmela Desporto, E.M., aprovados pelo Conselho de Gestão, são os que se encontram anexos à presente proposta.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto – Empresa Local de Promoção de Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer, de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, E.M. Unipessoal, Lda., que o sentido de voto do representante do Município seja o de aprovação dos documentos apresentados.»

Sobre a proposta Palmela Desporto, E.M. – Relatório e Prestação de Contas 2020, numerada DCDJ 01_06-21, intervêm:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** acrescenta que o ano de 2020, foi, de facto, um ano muito difícil para a empresa municipal, com os equipamentos encerrados, com as atividades suspensas, cujas dinâmicas de crescimento com as várias ações de diversas parcerias tiveram de ser interrompidas e, de facto, é um cenário preocupante que a Palmela Desporto, E.M. apresenta, tal como muitas das empresas municipais deste país. Depois, refere que, neste contexto, o Estado Central, à semelhança daquilo que acontece em vários setores de atividade, também pudesse considerar uma linha de apoio para as empresas que prosseguem a missão de promoção do desporto e da atividade física, aliás, isto é algo que tem vindo a ser discutido pelos Conselhos de administração das próprias empresas municipais que tem esta finalidade da atividade desportiva, nomeadamente de Rio Maior, de Santarém, enfim, com várias empresas, onde a sintonia é total relativamente a esta necessidade que se coloca atualmente, porque as

empresas municipais estão a atravessar muitas dificuldades e não podem ser os municípios a ter aqui, um ónus ainda maior que possa afetar as suas disponibilidades financeiras que, no fundo, são necessárias para que possam desenvolver a sua missão, sobretudo, no contexto tão difícil como aquele que hoje atravessam.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** cumprimenta os presentes e refere que esta proposta não diverge muito em relação às contas de 2020. Parece que há aqui limitações óbvias em relação à angariação de receita e que depois se reflete nos números e, obviamente que em 2021 irá suceder o mesmo, por isso escusa-se de fazer o normal comparativo a estes itens em relação a períodos homólogos, no entanto, não pode deixar de referir que em relação à última intervenção do Sr. Vereador Luís Miguel Calha, que por um lado entende, porque a questão do lay-off e o facto de não abranger as empresas municipais causa algum constrangimento, mas, por outro lado, uma empresa municipal quando aumenta os ordenados dos seus funcionários, também não compete à autarquia ter de os suportar, mas sim o desempenho da própria empresa, porque trata-se de uma despesa de funcionamento e foi assim que aconteceu no passado, foi realizada uma negociação salarial acima da tabela salarial da função pública e de acordo assinado com a estrutura sindical, portanto, considera que é preciso ter aqui alguma coerência. Refere ainda que esta questão dos apoios às empresas municipais não é um assunto fechado, mas faz questão de referir esta pequena diferenciação em relação ao funcionamento, devia ser todo ele de uma empresa com as *nuances* necessárias a uma empresa municipal e ao serviço público que tem de efetuar. Reitera que não discorda na questão do lay-off, mas serve para recordar que também noutras questões, não deveria ter o apoio da administração Local.

Relativamente à empresa municipal, de facto, vão ser dois anos atípicos, que não vão melhorar os resultados e que vão registar-se dificuldades, no entanto, não deixa de ser uma oportunidade para rever, não a diversificação das atividades, como estão apresentadas na proposta seguinte que, apesar de ser necessário, mas a diversificação das áreas de intervenção. O PS, sempre defendeu, claramente, como medida intermédia e para não ser mais radical em relação à municipalização ou à administração direta da área, que a área da cultura combina perfeitamente com a área do desporto, aliás, é um período ótimos para a administração se dedicar a esta ou a outras áreas que, experimentalmente, poderiam propor-se a realizar, aliás, os próprios equipamentos culturais, as feiras medievais e toda uma série de outros eventos diferentes ligados à cultura, podem ser, obviamente, rentabilizados num outro formato, até porque há muito mais empresas municipais culturais do que desportivas. Portanto, considera que a questão da incorporação da cultura não iria desvirtuar a empresa municipal, até porque, em termos de orgânica da autarquia, o desporto e cultura também estão juntos, naquilo que foi definido pela maioria estrategicamente, e portanto, não haveria aqui um atropelo, mas sim uma rentabilização dos equipamentos. Depois, em relação ao que diz respeito à questão de otimizar os procedimentos, quando refere que focar a experiência do cliente no online e acrescenta que trata-se de uma questão que poderá ser mantida também como uma linha de negócio, ou seja,

esta experiência que está a ser colocada como substituição, pode transformar-se e funcionar de forma paralela e alternativa em relação ao cliente e transformar a sua experiência com a Palmela Desporto, E.M. de forma online e, o mesmo para o sector da cultura. Porque esta questão do "online", permite olhar de outra forma, matérias que até agora, provavelmente, muito pouca gente pensou, por exemplo, comprar um bilhete para assistir um concerto online, portanto, por que não realizar as duas versões na mesma sala para o mesmo evento, enfim, porque não pensar em manter as duas versões, mesmo depois do desconfinamento, ou seja, refere-se às possibilidades e não às impossibilidades em relação à versão online e à atividade desportiva, mas poderá haver situações que sejam exequíveis. O desafio que deixa é que o processo que foi iniciado, seja otimizado até porque o trabalho que foi feito não fica descontextualizado, até porque este período que atravessam é que representa tudo de diferente sobre aquilo que se conhece, é tudo fora de contexto, portanto, já indiciava esta necessidade de procurar novas áreas, aliás, recorda que a Palmela Desporto, E.M., na área do desporto, para ser sustentável, teria de estar cerca de 40 anos a crescer anualmente, o que não é possível, portanto, querer traduzir a sustentabilidade naquele estudo, implicava esse crescimento contínuo que, infelizmente, é algo que não é comum e que perante a atual situação, não vai acontecer e esse foco de pensar que vai crescer todos os anos, não pode ser a única ideia de sustentabilidade e rentabilização da própria empresa, porque, obviamente, é uma forma empresarial de serviço público e isso não permite a otimização do negócio como qualquer outra empresa que não se dedique ao serviço público. Portanto, o PS vai manter o sentido de voto de abstenção em relação aos valores apresentados na proposta, percebendo perfeitamente que a o Conselho de Administração da empresa está a fazer um esforço de resposta, num contínuo para procurar melhores resultados em relação ao desporto, mas também considera que não será apenas com a área do desporto que vão conseguir melhores resultados e, sem pôr em causa aquilo que a maioria entende querer da Palmela Desporto, E.M., considera que podem e devem associar a área da cultura, dando à gestão a possibilidade de ter outras áreas por rentabilizar, com equipamentos instalados, com programações culturais em que algumas possam ser gratuitas e outras rentabilizadas e, que no fundo, possam associar-se a eventos que têm bilheteira, como é o caso da feira medieval, que é um evento estrutural e que traduz receita e que poderia inserir-se nesta área da gestão empresarial municipal.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** reiterando algumas palavras do Sr. Vereador Luís Miguel calha, o município não pode ter um ónus maior, porque a proposta informa que 72% dos rendimentos totais da Palmela Desporto, E.M. foram atribuídos pelo município, cerca do dobro do ano anterior e, se calhar, vão dizer que a culpa é do COVID-19, mas talvez seja o COVID-19 a dar uma espécie de sinal, para que o município acabe com esta gestão e avançar para a gestão direta, porque assim, a Palmela Desporto, E.M. torna-se um saco sem fundo, e por essa razão, o MIM irá votar contra a proposta.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que não vai recordar aquilo que tem dito ao longo dos últimos anos sobre a Palmela Desporto, E.M. e da necessidade de optar-se por outro tipo de gestão, por uma gestão direta, no entanto, é certo que as contas, na proposta em apreço, não merece grande análise, porque efetivamente refere-se a um ano atípico, sobretudo, porque a atividade da Palmela Desporto, E.M. teve de ser completamente interrompida por um largo período de tempo e que, ao longo de 2020, toda a atividade desportiva teve condicionamentos que provocaram, naturalmente, constrangimentos na gestão, nas receitas e também em algumas despesas. Portanto, considera que continua a não haver uma demonstração naquilo que o concelho esteja a ganhar e também o desporto, em manter esta gestão através da Palmela Desporto, E.M., ou seja, pelo contrário, há uma duplicação. Depois, verifica-se que recebem por diversas vezes, algumas referencias sobre aquilo que é ou não feito em período de confinamento, no qual muitas empresas privadas e também a Palmela Desporto, E.M., que optaram por dar algumas aulas e demonstrações desportivas através de plataformas de videoconferência, também aí verifica-se que, apesar disso, a Palmela Desporto, E.M. apresenta preços muito menos competitivos, ou seja, muito mais caro do que alguns privados aqui no concelho e, portanto, as pessoas estão a pagar em duplicado, pagam através dos impostos, na perspetiva de que é a autarquia que suporta grande parte das despesas do apoio ao desporto e depois, enquanto utentes, pagam por participar em algumas atividades, sendo que agora, são feitas, meramente, através de uma plataforma de videoconferência, por causa dos condicionamentos que o período de confinamento obriga. Portanto, vai manter o sentido de votação nesta questão, que é votar contra.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** agradece todas as intervenções, sobretudo a intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço sobre a qual o município concorda quando referiu que todas as atividades podem contribuir para diversificar a atividade a empresa municipal. Acrescenta ainda que estão a ser estudados todos os cenários, aliás, foi algo que foi apontado pelo estudo e que são hipóteses a ser consideradas. Relativamente à gestão direta que foi sugerida pela Sra. Vereadora Palmira Hortense e pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro, refere que o estudo também foi muito claro sobre esse aspeto, aliás, foi referido que a gestão direta é mais penalizadora para o erário público comparativamente ao atual modelo de gestão, que oferece mais eficácia, maior eficiência, uma maior transparência e controlo daquilo que é a atividade, das despesas e receitas da Palmela Desporto, E.M..

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra do/a Sr./a Vereador/a Paulo Ribeiro e Palmira Hortense, e a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristovão, Pedro Taleço e Mara Rebelo. Aprovado em minuta.

PONTO 4 – Palmela Desporto, E.M. – Proposta de novos preços para sessões de “Movimento Terapêutico”, “Aulas de Grupo”, aulas de “Dança Clássica Ballet”, e curso “Ecologia Marinha” – sentido de voto do Município.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_06-21:

«Como consequência da evolução da situação pandémica que tem afetado o país, têm sido tomadas medidas restritivas que afetam o funcionamento das instalações desportivas, bem como a prática da atividade física e desportiva. A decisão de decretar o Estado de Emergência em 15 de janeiro de 2021, obrigou ao encerramento dos equipamentos desportivos geridos pela Palmela Desporto, EM e consequentemente à suspensão das atividades/aulas lecionadas.

Numa perspetiva de adotar a sua oferta desportiva a esta nova realidade, pretende a Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda. dinamizar um conjunto de atividades/aulas em suporte digital para os seus utentes durante o período em que decorrer o confinamento obrigatório da população.

Uma vez que a atual tabela de preços da empresa municipal não contempla estes serviços, pretende a empresa municipal alterar a referida tabela, passando a praticar os valores a seguir indicados:

1. Movimento terapêutico (sessões em suporte digital durante o confinamento)

Municípios de Palmela:

- a) 2 sessões/semana: 26,35 €;
- b) 3 sessões/semana: 30,41 €;

Municípios de outros concelhos:

- c) 2 sessões/semana: 29,39 €;
- d) 3 sessões/semana: 33,45 €;

2. Dança Clássica Ballet (aulas em suporte digital durante o confinamento)

- Mensalidade: 17,27 €;

3. Aulas de Grupo (aulas em suporte digital durante o confinamento)

- a) 1 aula avulsa: 3,00 €;
- b) 3 aulas/semana (GAP/Localizada): 7,50 €;
- c) 4 aulas/semana (GAP/Localizada e Dança): 10,00 €;
- d) Mensalidade para 4 aulas/semana: 26,00 €;

4. Curso “Ecologia Marinha”

- a) Parte teórica/acesso a certificação (suporte digital): 25,00 €;
- b) Parte prática (em piscina): 20,00 €;

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos estatutos supra referenciados, que o sentido de voto do representante do Município seja de aprovação dos valores indicados.»

Sobre a proposta Palmela Desporto, E.M. – Proposta de novos preços para sessões de “Movimento Terapêutico”, “Aulas de Grupo”, aulas de “Dança Clássica Ballet”, e curso “Ecologia Marinha” – sentido de voto do Município, numerada DCDJ 02_06-21, intervém:

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro já havia referido na intervenção sobre a proposta anterior que as pessoas, online, decidem a quem pagar e, de facto, no concelho existem instituições que praticam preços mais acessíveis do que a Palmela Desporto, E.M..

O **Sr. Presidente** refere que ainda bem que assim é, dá vivas à concorrência, porque se, mesmo assim, a Palmela Desporto, E.M. tem procura, é porque existem pessoas que gostam do serviço que lhes é prestado.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** refere que tratando-se de uma empresa municipal, não deveria ter os preços tão elevados.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** pergunta quais são as instituições ou entidades que oferecem preços mais baixos que a Palmela Desporto, E.M..

O **Sr. Presidente** refere que essa afirmação foi feita por duas vezes e aproveita para perguntar quais são essas instituições para que possam ir confirmar.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Palmira Hortense, e a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Atribuição de apoio financeiro no âmbito do Programa Municipal de Teatro.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_06-21:

«A Câmara Municipal de Palmela entende o teatro como um eixo de intervenção estratégico para o desenvolvimento de uma comunidade.

A criação e dinamização de um Programa Municipal do Teatro tem tido por base a consolidação desta área no território de Palmela, o apoio à criação, produção, itinerância e formação dos diferentes grupos, bem como o fomentar hábitos de fruição desta arte e uma maior sensibilização de públicos.

Tem vindo a crescer nos últimos anos o número de grupos de teatro no concelho, os quais desenvolvem um trabalho dinâmico e meritório, reconhecido não só em Palmela, mas também noutros locais do país e até no estrangeiro.

As dinâmicas vivenciadas em Palmela, através dos grupos existentes abrangem diferentes faixas etárias, contribuem para a programação regular dos equipamentos culturais municipais e consolidam parcerias locais.

Este trabalho tem vindo a ser bastante prejudicado com a situação de pandemia que vivemos, não tendo sido possível cumprir planos de atividades delineados, estreias ou itinerâncias agendadas e até os próprios ensaios de cada grupo. Contudo, nos períodos em que foi possível retomar as atividades culturais, os grupos têm mantido ensaios e estreias, registando igualmente articulação com o município para a dinamização de propostas em formato digital, nos períodos de confinamento.

Face ao exposto, é de fulcral importância continuar a apoiar estas estruturas, para que mantenham condições para o retorno à sua atividade plena assim que possível, continuando a contribuir para a dinamização e valorização do Teatro em Palmela.

Existem atualmente sete grupos de teatro de amadores e duas estruturas profissionais (Bando e PIA). Cinco dos grupos de teatro de amadores não tem protocolo com a autarquia, pelo que se regista a necessidade de apoiar financeiramente a sua atividade, para além dos outros apoios, previstos em sede de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, nomeadamente equipamentos e obras.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoios financeiros no valor global de € 4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), com a seguinte distribuição:

- Grupo de Teatro Amador Ensaiarte – € 1.000,00 (mil euros)
- Associação Teatro Sem Dono – € 1.000,00 (mil euros)
- ATVK - Associação Teatro da Vila – € 1.000,00 (mil euros)
- Teatro dos Barris - Associação – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)

- Grupo de Teatro "As Avózinhas", representado pela FIAR - Associação Cultural – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO E ECONÓMICO E TURISMO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 6 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida para a realização do Festival Queijo, Pão e Vinho.

PROPOSTA N.º DDET 01_06-21:

«O Festival Queijo, Pão e Vinho tornou-se ao longo da sua história a principal mostra do que melhor se produz na região. Com o surgimento da pandemia COVID-19, e apesar dos esforços levados a cabo, a organização viu-se forçada a cancelar a edição de 2020. Continuou, ainda assim, a trabalhar em prol do objetivo de promoção do queijo e dos produtores locais e levou a cabo, em parceria com o Município de Palmela, o lançamento - em dezembro do ano passado - do projeto de valorização da ovelha saloia, a par da venda de produtos associados ao Festival, no Mercado da Aldeia, em Quinta do Anjo e de uma Campanha de divulgação do queijo de Azeitão e dos produtores de Palmela.

Consciente de que o impacto da pandemia tem acrescido dificuldades ao escoamento destes produtos de grande expressão identitária e diferenciação, o Município de Palmela entende ser da máxima importância que o Festival regresse, enquanto meio de apoio à economia local e à ARCOLSA, Associação cujo papel de defesa dos ovinos leiteiros e dos recursos patrimoniais a estes afetos, tem sido de extrema relevância.

Desta forma, após reuniões preparatórias com a ARCOLSA e a Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, a organização propõe realizar o "Festival Queijo, Pão e Vinho" em dois fins de semana, respetivamente 10 e 11 de abril e 8 e 9 de maio, entre as 10h00 e as 18h00, num formato de mercado de produtos regionais, sem os espaços de gastronomia, as animações e as exposições habituais do Festival.

Pretende-se, assim, que este adote um modelo adequado à situação sanitária atual, com distanciamento e limites de lotação no interior do pavilhão, sem provas de vinhos e de produtos, e reduzindo o tempo de permanência no interior do recinto.

Para além da componente física do Festival, a organização planeia implementar um evento online, assente na plataforma Wiink, com loja online e app para telemóvel, a qual permitirá que os utilizadores digitais possam fazer as suas compras online e recolhê-las no recinto, reduzindo

o tempo de permanência e beneficiando das promoções que deverão ser criadas para este formato. O evento digital estará ativo desde o início de abril, até meados de maio.

O Festival, que funcionará no pavilhão principal da ARCOLSA, tem como principais participantes os produtores de queijo, pão, vinho e doçaria regional, que ali apresentam e vendem os melhores produtos desta região.

Para o Município de Palmela a promoção de produtos tradicionais é determinante para a preservação dos ecossistemas rurais e o processo de desenvolvimento sustentável do território.

Atendendo às características únicas do Festival Queijo, Pão e Vinho, cuja organização exige um conjunto de recursos; ao período específico de pandemia COVID-19 que fragilizou produtores e Associações e à relevância do evento para a economia local, **propõe-se**, para além do apoio logístico e técnico, e de acordo com o disposto na alínea u) nº 1, do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um apoio financeiro de € 4.000,00 (quatro mil euros) à Associação Regional de Criadores de Ovinos Leiteiros da Serra da Arrábida, por forma a contribuir para a realização e organização deste evento e alcançar os objetivos descritos na presente proposta.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 7 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó para a realização da Mostra de Vinhos em Fernando Pó.

PROPOSTA N.º DDET 02_06-21:

«Em 2020, consequência da pandemia Covid-19, não foi possível realizar a Mostra de Vinhos em Fernando Pó. O evento é uma organização da Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó e conta com o apoio do Município de Palmela e da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, objetivando a promoção dos vinhos deste território e a valorização de Fernando Pó, enquanto aldeia vinhateira.

Este ano, apesar da situação ainda incerta e sem a segurança necessária para organizar a Mostra no modelo habitual, a organização decidiu avançar de forma diferente, visando concretizar o seu objetivo principal em torno da promoção dos vinhos da região.

Assim, o evento irá regressar através de uma versão digital, construída a partir de loja online de vinhos e produtos regionais, a qual estará disponível de forma permanente e aberta a todos os produtores que ali queiram comercializar os seus produtos. Esta loja será também a face visível do evento, contendo a sua história e uma galeria dos principais momentos. Será a partir da página da Mostra de Vinhos que se destacarão os principais momentos do evento, em transmissão para as redes sociais, por forma a atingir o máximo público possível.

O evento poderá também ter uma componente de comercialização no local – pequena Feira de Vinhos - sem os habituais espaços de restauração e exposição e com a venda de vinhos e produtos locais, com as adegas instaladas em bancas devidamente afastadas entre si e cumprindo as normas Covid-19.

O programa do evento deverá contar com várias dinâmicas, nomeadamente um espaço de debate sobre vitivinicultura, integrado no Fórum Económico de Palmela, e uma iniciativa no âmbito do enoturismo e turismo de natureza. O programa adaptar-se-á às condicionantes Covid-19 e terá lugar nos dias 30 de abril e 1 e 2 de maio, com forte valência digital.

O evento mantém a sua extrema importância para a promoção de Fernando Pó e para a estratégia municipal de afirmação da aldeia vinhateira.

O Município de Palmela, no âmbito dos seus objetivos de valorização da produção local e salvaguarda dos produtos tradicionais, assim com, no quadro do parágrafo anterior, apoia a organização da Mostra de Vinhos em Fernando Pó, enquanto recurso de promoção e divulgação deste território e dos seus agentes, pelo que, de acordo com o disposto na alínea u), n.º 1 do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se** atribuir um apoio financeiro de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, por forma a fazer face às despesas com a organização do evento, que terá lugar nos dias 30 de abril, 1 e 2 de maio de 2021, naquela localidade.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** menciona que a intervenção do público está sujeita a inscrição prévia, através de envio de e-mail para o endereço eletrónico geral@cm-palmela.pt ou de telefonema para o Gabinete de Apoio à Presidência.

Não há registo de inscrições.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das dezassete horas e vinte e nove minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*,

Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco